

Sociedade Anônima  
de Capital Fechado  
CNPJ nº 05.238.054/0001-03  
Belo Horizonte - MG

**Cemig Comercializadora  
de Energia Incentivada S.A.**



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

**2.6 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas em 31 de dezembro de 2017**

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

- IFRS 15/CPC 47 – Receitas de Contratos com clientes - A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Este novo pronunciamento substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente, o CPC 47/IFRS 15 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas atualmente em vigor.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base na aplicação retrospectiva modificada, com os impactos contabilizados a partir de 1º de janeiro de 2018.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – Arrendamento mercantil – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, inclusive os atualmente classificados como arrendamentos operacionais.

A Companhia ainda está avaliando os efeitos da aplicação dessa nova norma e alterações de normas existentes sobre os valores e divulgações apresentados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

**2.7 Principais Práticas Contábeis**

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

**a) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

**b) Imposto de Renda e Contribuição Social**

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

**c) Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras referem-se principalmente à receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

**2.8 Estimativas e premissas contábeis significativas**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas, julgamentos e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão relacionados a imposto de renda e contribuição social diferidos e vida útil estimada de seu imobilizado.

**3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2017	2016
		(Não Auditado)
Bancos conta movimento .....	5	12
Aplicações Financeiras .....		
Certificados de Depósitos Bancários .....	2.161	2.135
	<u>2.166</u>	<u>2.147</u>

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras. Todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósitos Bancários – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que foi de 75% em 2017 (99% em 2016).

**4. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

	2017	2016
		(Não Auditado)
COFINS .....	9	-
PASEP .....	2	-
ISS .....	32	-
OUTROS .....	1	6
	<u>44</u>	<u>6</u>

**5. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

	2017	2016
		(Não Auditado)
Contribuição Social .....	29	66
Imposto de Renda .....	63	76
	<u>92</u>	<u>142</u>

**6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2017 era de R\$1.000, representado por 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de propriedade da CEMIG.

**a) Reservas de lucros**

A composição da conta de Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2017	2016
		(Não Auditado)
<b>Reservas de Lucros</b>		
Reserva Legal .....	778	778
Dividendos Adicionais Propostos .....	220	83
	<u>998</u>	<u>861</u>

**Reserva Legal**

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia não constituiu Reserva Legal em 2017, uma vez que está limitada a 20% do Capital Social.

**b) Dividendos**

Estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do Lucro Líquido do exercício, ajustado na forma legal a título de dividendos.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2017	2016
		(Não Auditado)
<b>Dividendos Obrigatórios</b>		
Resultado do Exercício .....	778	111
(-) Reserva Legal .....	-	-
Resultado Ajustado .....	<u>778</u>	<u>111</u>
Dividendo Obrigatório – 25% do Resultado Ajustado .....	195	28

**Dividendos Propostos**

Dividendos Mínimos Obrigatórios .....	-	28
Dividendos Intermediários .....	558	-
Dividendos Adicionais Propostos .....	220	83
Total Dividendos Propostos .....	778	111
Valor Líquido excedente aos Dividendos Mínimos Obrigatórios .....	<u>583</u>	<u>83</u>

**Destinação do Resultado de 2017 – Proposta da Administração**

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se até 30 de abril de 2018, que ao Resultado do exercício de 2017, no montante de R\$778, seja dada a seguinte destinação:

- RS558 referentes a dividendos intermediários; e,
- RS220 distribuídos aos acionistas a título de dividendos adicionais.

**7. RECEITA**

	2017	2016
		(Não Auditado)
Faturamento Bruto de Serviços .....	1.610	-
Deduções à Receita (a) .....	(192)	-
<b>Total .....</b>	<u>1.418</u>	<u>-</u>

**a) Deduções à Receita**

	2017	2016
		(Não Auditado)
COFINS .....	122	-
PASEP .....	27	-
ISSQN .....	43	-
	<u>192</u>	<u>-</u>

**8. DESPESAS OPERACIONAIS**

	2017	2016
		(Não Auditado)
Pessoal .....	380	357
Serviços de Terceiros (a) .....	46	51
Arrendamentos e Aluguéis .....	14	16
Outras Despesas .....	6	11
	<u>446</u>	<u>435</u>

**a) Serviços de Terceiros**

	2017	2016
		(Não Auditado)
Publicações Legais .....	23	43
Auditoria Externa .....	14	3
Outros .....	9	5
	<u>46</u>	<u>51</u>

**9. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

	2017	2016
		(Não Auditado)
<b>Receitas Financeiras</b>		
Renda de Aplicação no Mercado Financeiro .....	180	804
PASEP/COFINS incidente sobre Receitas .....	(9)	-
<b>Total de Receitas Financeiras .....</b>	<u>171</u>	<u>804</u>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Outras despesas financeiras .....	(1)	-
<b>Total de Despesas Financeiras .....</b>	<u>(1)</u>	<u>-</u>
<b>Resultado Financeiro .....</b>	<u>170</u>	<u>804</u>

**10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 15%) mais adicional de 10% (R\$240.000) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2017	
		(Não Auditado)
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social .....	1.142	-
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal .....	364	-
Juros Sobre Capital Próprio .....	-	-
Contribuições e Doações Indutíveis .....	-	-
Despesa com Alimentação Administradores .....	-	-
Multas Indutíveis .....	-	-
Incentivos fiscais .....	-	-
Ajuste Imposto de Renda e Contribuição Social de anos anteriores .....	-	-
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social Despesa Efetiva .....</b>	<u>364</u>	<u>-</u>
Alíquota Efetiva .....	31,87	-
<b>Corrente .....</b>	<u>(186)</u>	<u>(72)</u>

**LUCRO PRESUMIDO**

	2016	
		(Não Auditado)
Receita Financeira de Aplicações (1) .....	804	804
Receita não sujeita ao adicional de 10% .....	32	-
Alíquota .....	15%	9%
	121	72
Adicional (10% sobre o valor superior à R\$120) .....	65	-
IR e CS Lucro Presumido .....	<u>186</u>	<u>72</u>
<b>Corrente .....</b>	<u>(186)</u>	<u>(72)</u>

(1) – Os rendimentos das aplicações financeiras auferidos e ainda não recebidos foram integralmente submetidos à tributação em dezembro de 2016, devido à opção pela tributação com base no regime do Lucro Real para o exercício seguinte.

**11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	PASSIVO		DESPESA	
	2017	2016	2017	2016
		(Não Auditado)		(Não Auditado)
<b>Controladores</b>				
<b>CEMIG</b>				
<b>Circulante</b>				
Cessão de Pessoal .....	151	25	(361)	(357)
Juros de Capital Próprio e Dividendos .....	-	28	-	-
<b>Cemig GT</b>				
<b>Circulante</b>				
Convênio de Cooperação (1) .....	23	-	(23)	-

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

(1) Convênio de Cooperação Técnica entre a Companhia e empresas do Grupo Cemig instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;

Em junho de 2017 foi assinado o Convênio de Cooperação Técnica entre a Companhia e empresas do Grupo Cemig. O convênio teve anuência prévia da ANEEL, por meio do Despacho nº 3.208/2016 e permitirá o rateio de custos de natureza compartilhada, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

**Remuneração do Pessoal Chave**

Os custos totais com o pessoal chave da administração, nos exercícios de 2017 e 2016, são demonstrados na tabela abaixo:

	2017	2016
Remuneração .....	1	-
Participação nos resultados (reversão) .....	-	-
Benefícios assistenciais .....	-	-
<b>Total .....</b>	<u>1</u>	<u>-</u>

**12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a Equivalentes de Caixa e Fornecedores; sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis:** encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;

- Outros passivos financeiros – passivos financeiros não derivativos:** encontram-se nesta categoria os Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

	2017		2016	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Ativos Financeiros:</b>				
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>				
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras .....	2.161	2.161	2.135	2.135
<b>Passivos Financeiros:</b>				
Fornecedores .....	109	109	79	79

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2017 e 2016.

**Risco de Liquidez**

Apesar de não estar em operação, a Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia conta com o suporte de recursos de sua controladora.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos, baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, está apresentado conforme abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3	De 3 meses	De 1 a 5	Mais de 5	Total
		meses	a 1 ano	anos	anos	
<b>- Pré-fixadas</b>						
Fornecedores .....	109	-	-	-	-	109
	<u>109</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>109</u>

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, no exercício, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

Franklin Moreira Gonçalves Diretor-Presidente	César Vaz de Melo Fernandes Diretor
Maura Galuppo Botelho Martins Diretor	Dimas Costa Diretor
Leonardo George de Magalhães Superintendente de Controladoria CRC – MG 53.140	Leonardo Felipe Mesquita Gerente de Contabilidade Contador – CRC – MG 85.260